

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GRUPO DE TRABALHO: Desigualdade e Estratificação: analisando sociedades em mudança

TÍTULO: “EU SOZINHA ERA MAIS FÁCIL”: Análise do contexto social de mulheres que tiveram seus filhos abrigados

AUTOR (A): CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM – Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília – UCB.

“EU SOZINHA ERA MAIS FÁCIL”: Análise do contexto social de mulheres que tiveram seus filhos abrigados

Camila Gabriel Meireles Amorim¹

Resumo

A presente análise é desdobramento dos estudos realizados pela autora durante a pesquisa de mestrado, cujo ponto central de análise foi compreender qual a percepção dos adolescentes e suas famílias sobre o acolhimento institucional: estes se sentiam protegidos ou desprotegidos² diante da intervenção do Estado através do acolhimento institucional? Na busca por responder tal indagação, verificou – se a importância de se analisar distintamente o contexto social das mulheres responsáveis pelos adolescentes acolhidos. O desejo por abordar essa temática originou-se dos apontamentos das mulheres nas entrevistas e do fato de que do ponto de vista da política pública, como da assistência social, a mulher ocupa papel de destaque principalmente como cuidadora e sua individualidade, escolhas e vulnerabilidades, sejam elas: sociais, econômicas, e emocionais, podem ser interpretadas de maneira equivocada pela sociedade e pelo Estado que em muitos casos a considera negligente e omissa diante de situações do não cuidado aos seus membros.

Introdução

Para iniciar essa análise é importante salientar como se chegou às mulheres, objeto de análise desse trabalho específico, responsáveis por crianças e adolescente acolhidas em um abrigo para crianças e adolescentes que tem gestão do Governo do Distrito Federal.

¹ Assistente Social da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília – UCB/ Brasil. E-mail: camilameireles2011@gmail.com.

² Pesquisa realizada na Universidade Católica de Brasília – UCB orientada pelo Professor Dr. Benedito Rodrigues dos Santos.

Tudo começou quando essa autora atuava como coordenadora técnica do abrigo “Lar das Crianças”³, entre março e agosto de 2010. Nessa função, foi oportunizado o acompanhamento da história e da trajetória de vida dos adolescentes bem como de suas famílias, principalmente quando se discutia tecnicamente com outros profissionais os casos resultantes em posteriores encaminhamentos. Complementa a atividade o fato de que também participava da realização de visitas domiciliares e realizava de grupos com as crianças acolhidas.

Assim, com base na experiência vivenciada na atuação profissional, o foco da análise para estudo de pesquisa do mestrado, tornou-se os adolescentes acolhidos institucionalmente e seus familiares. De modo complementar e enriquecedor, essa pesquisa fez parte de um projeto mais amplo intitulado “Crianças e adolescentes em acolhimento no Distrito Federal: estudo das condições familiares, institucionais e sociais”, desenvolvido por professores da Universidade Católica de Brasília – UCB e da Universidade de Brasília – UnB, cujo objetivo foi conhecer as condições familiares, institucionais e sociais das crianças e dos adolescentes participantes dos processos de acolhimento institucional em andamento na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

As entrevistas foram realizadas no abrigo onde os adolescentes encontravam-se acolhidos e com os familiares em suas residências, sendo que, estas eram programadas com antecedência, para que tanto os adolescentes quanto familiares pudessem se organizar para nos receber.

Durante a realização das entrevistas com as responsáveis pelas crianças constataram - se que os cuidados desses infantes prioritariamente haviam sido delegados a uma mulher, que não necessariamente a genitora. Tal situação chamou a atenção dessa pesquisadora, uma vez que, as mulheres entrevistadas apontavam em suas falas a cobrança da família para exercerem o cuidado de seus entes; a falta de condições financeiras e os percalços e sofrimentos pela vida vivida nos emaranhados da exclusão social; além do sofrimento pela escolha

³ Nome Fictício.

de recorrer ao Estado, através da figura do Conselho Tutelar para acolher em abrigo, os que antes estavam sob seus cuidados.

Além disso, observou-se trajetórias familiares marcadas pela pobreza, esgarçamento dos laços familiares, violência, uso abusivo de substâncias ilícitas, envolvimento criminal e trajetória de rua, o que de maneira contundente, tornava ainda mais complexa a tarefa de cuidado dos adolescentes, que traziam consigo e em seu contexto familiar histórias de exclusão social.

Diante dos desafios postos, restou a essas mulheres o amparo do Estado, que não chegou através de programas de acompanhamento à famílias em situação de vulnerabilidade social, mas através da intervenção do Conselho Tutelar, que ao retirar as crianças do seio familiar, imputou-lhes o estigma de “incompetentes”, além de imprimir a marca da negligência e do sofrimento, por terem de lidar com todo esse contexto social “sozinhas”.

Por fim, de maneira objetiva, considera-se que essa pesquisa diferenciou-se inicialmente das demais por “escutar a voz” dos adolescentes e de seus familiares e sequencialmente, através desse artigo, inova ao buscar compreender o contexto social das mulheres que tem seus filhos acolhidos.

Assim, nessa análise enfatiza-se a mulher enquanto sujeito social que necessita de cuidados, deslocando-a de sua posição histórica de cuidadora, dando ênfase a sua individualidade, escolhas, exclusões e necessidades.

Referencial Teórico

Para abordar o contexto social de mulheres, conforme proposta deste artigo compreende-se como importante, inicialmente discutir o alcance e limitações do conceito família, para então abordarmos o papel historicamente ocupado pela mulher e assim, apreender empiricamente esse grupo social (Bruschini, 1989) e suas diversas facetas.

Bruschini (1989), em seu artigo “uma abordagem sociológica da família” propõe uma reflexão sobre diferentes enfoques sobre famílias a partir da literatura sociológica, baseada na teoria funcionalista e marxista.

Na literatura sociológica, com proposta para reflexão sobre a família, temática cuja predominância ocorreu na teoria funcionalista, corrente teórica liderada por Talcott Parsons, compreende a família, sobretudo como agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. (BRUSCHINI,1989).

Bruschini (1989) acrescenta que há no funcionalismo, ênfase na importância sobre os primeiros estágios da criança, onde se deve haver uma relação especial, íntima com mãe, o que favoreceria o processo de desenvolvimento do infante. Além disso, no estudo no Parsons, a família é definida como um pequeno grupo tarefa, com papéis altamente diferenciados, com a presença de modelos masculinos e femininos bem definidos, onde cabe a mulher ser esposa, dona de casa e, sobretudo mãe.

De maneira oposta ao funcionalismo, outra vertente da sociologia, representada pela Escola de Frankfurt cujos expoentes são Adorno e Horkheimer, considera a família como agência socializadora e formadora de personalidade dos indivíduos, contudo, critica o papel desse grupo social e o elemento de dominação nele presente, em que o mecanismo central é autoridade do pai sobre o filho.

O desenvolvimento da família moderna no século XIV retrata a degradação progressiva e lenta da situação da mulher que precisa ter todos os seus atos autorizados pelo marido ou pela justiça. A partir do século XVI, a legislação real se empenhou em reforçar os poderes do marido, estabelecendo assim, uma espécie de monarquia doméstica. A autoridade do homem ficava cada vez maior, na medida em que a mulher e os filhos se submetiam a ele estritamente. (ÁRIES, 2006).

Essa perspectiva histórica retratada por ÁRIES (2006) retrata a história da mulher, que do ponto de vista de Simone de Beauvoir (2009), confunde-se com a história das técnicas.

“Na idade da pedra, quando a terra era comum a todos os membros do clã, o caráter rudimentar da pá, da enxada primitiva, limitava as possibilidades agrícolas: as forças femininas estavam na medida do trabalho exigido pelo cultivo dos jardins. Nessa divisão primária do trabalho, os dois sexos constituem até certo ponto duas classes, entre eles há igualdade. Enquanto o homem caça e pesca, a mulher

permanece no lar. Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo, é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre aos serviços de outro homem, que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste a grande derrota do sexo feminino”.

O direito paterno substitui o direito materno e a transmissão da propriedade privada faz-se pai para filho. Esse é o surgimento da propriedade privada, contexto no qual, a mulher é oprimida. Esse cenário só poderia modificar com a aquisição de direitos juridicamente iguais, libertação que só ocorreria com a entrada da mulher a atividade pública (BEAUVOIR, 2009).

No campo de estudos da sociologia da família, analisou - se que o modelo constituído por pai, mãe e seus filhos, tendo o pai como provedor e a mãe cuidados do lar, perdeu vigor e declinou na medida em que as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, tendo de conciliar a atividade profissional com responsabilidade familiar (SINGLY, 2007).

O controle da fecundidade por meio da contracepção, o aumento no número de divórcios, de uniões livres e de recomposições familiares, contribuíram para o surgimento de outras formas de se viver em família (SINGLY, 2007).

De maneira contundente, as distintas intervenções tecnológicas, atingem distintamente a família. A pílula abala o valor sagrado da maternidade e a identificação mãe e mulher, ao permitir a autonomia da sexualidade feminina e sua associação com a reprodução (SARTI, 2005).

Desse modo, a pílula anticoncepcional separou a sexualidade da reprodução e interferiu de maneira decisiva na sexualidade feminina. Esse fato foi determinante para que as mulheres deixassem de ter seu destino atrelado à maternidade como um destino. Assim, introduziu-se no universo feminino a dimensão da escolha. (SARTI, 2005).

Essas mudanças, na organização da família são reforçadas a partir das possibilidades da mulher no mundo social. Esse cenário alia-se ao que Sarti (2005) compreende como o fracasso do homem, que diante de tantas expectativas não cumpridas, como a não garantia da alimentação e do teto,

seguramente terá sua masculinidade ameaçada.

São nessas condições que a mulher assume a chefia da família, e além da responsabilidade financeira, assume a autoridade familiar. A sobrevivência do núcleo familiar extrapolará os limites da casa e contará com a mobilização da rede:

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização, e ao mesmo tempo, viabilizar sua existência com apoio e sustentação básicos (SARTI, 2005, P.31)

Essa rede informal, constituída por redes primárias e informais, no qual estão incluídos vizinhos, famílias e amigos próximos (Pereira, 2004), tem sido cada vez mais chamada a responder a provisão de bem-estar social, facultando-lhe a responsabilidade no âmbito da política social.

No caso das famílias que vivem processos de exclusão social, com a alteração das unidades domésticas, diante das uniões instáveis, empregos incertos (Sarti, 2005), são deixadas a própria sorte, e contam com o apoio do Estado para reproduzir os modos de vida associado à pobreza, que para além desse reforço, carregam a marca de classe e gênero.

Desse modo, à mulher com seu papel historicamente de cuidado, reforçado pelas políticas socioassistenciais de transferência de renda, assume um conjunto de atividades relacionadas às tarefas domésticas, ao cuidado dos seus membros, e tudo isso exige dessas mulheres, energia, disponibilidade, habilidade e suporte da política social.

Para além da falta do suporte necessário, essas mulheres sofrem ainda com o processo de responsabilização, que segundo Mito (2015) podem chegar através dos serviços oferecidos relativos à atenção as famílias. Desse modo, os serviços são colocados a frente dessas famílias e aquelas que acolhem e oferecem sustentação a seus membros são consideradas boas famílias. Entretanto, aquelas que delegam seus membros aos serviços e se furtam de sua presença e de seus cuidados são consideradas más famílias. Como é o caso das mulheres que tem seus acolhidos e são objetos desse estudo.

Método

A referida pesquisa de base qualitativa e comparativa em instituição pública de acolhimento infantil, de gestão e execução direta do Governo do Distrito Federal, seguiu orientação da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa e teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa Registrado sob n. 056/2010.

Para análise dos dados referente às mulheres, responsável pelos adolescentes, especificamente para esse artigo, a utilizou-se do estudo de caso para aprofundar em questões e informações já coletadas durante a realização da pesquisa de mestrado.

CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram selecionados a partir do critério de múltiplas medidas de acolhimento, assim, contou-se com o apoio dos técnicos do abrigo, que nos relatou a história de cada um dos adolescentes que estavam ainda abrigados e que tinham sido reintegrados as suas famílias e posteriormente, por motivos diversos, retornaram para o mesmo abrigo com uma nova medida de proteção aplicada pelo juiz.

Além disso, nas situações em que os técnicos do abrigo não possuíam nenhuma informação de localização dos sujeitos da pesquisa, buscou-se apoio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS que acompanhavam as famílias das crianças e adolescentes por ocasião do acolhimento institucional.

De posse das informações de localização, houve contato com as famílias e foi agendado visita domiciliar, quando foram coletadas as informações pertinentes à pesquisa, de posse de instrumento específico para coleta dos dados.

HISTÓRIA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

5.3.1. Caso 1 – Família Boa

A senhora Lucrecia é proveniente de uma numerosa família de seis irmãos, sendo que cinco deles são frutos do primeiro matrimônio de sua genitora, e somente ela nasceu do segundo relacionamento conjugal de sua mãe.

A entrevistada teve onze filhos em oito relacionamentos esporádicos. Aos 15 anos, foi mãe do seu primeiro filho e, logo após o nascimento deste, envolveu-se com drogas. A partir de então, passou a viver em situação de rua. Seu primeiro filho ficou sob os cuidados da avó paterna e os demais filhos foram frutos de relacionamentos com parceiros que também estavam em situação de rua. Dos onze filhos da senhora Lucrécia, seis estavam sob os cuidados de familiares; dois haviam sido adotadas e três ficaram sob os seus cuidados na rua, entre eles, Pedro.

Por vivenciar situação de grande dificuldade financeira e social na rua, Lucrécia entregou os três únicos filhos que ficaram sob os seus cuidados para o abrigo. Na ocasião, deixou-os em determinado local e, por telefone, entrou em contato com o abrigo “Lar das Crianças”, informando que havia três crianças abandonadas na rua. A equipe do abrigo recolheu as crianças do local onde a mãe os havia deixado.

5.3.2 Caso 2 – Família Distante

A segunda entrevista foi realizada com Carminda, irmã mais velha da adolescente Alice. A entrevista foi devidamente agendada e ocorreu na residência de Carminda, com duração de, aproximadamente, 1h30. No momento da entrevista, Carminda estava sozinha em casa. A entrevistada denominou a sua família como “família distante”.

A genitora de Carminda e Alice faleceu quando estava gestante do seu nono filho. Conforme Carminda, sua mãe, após ser agredida fisicamente pelo seu marido e genitor dos seus filhos, com murros e pontapés na barriga, veio a óbito.

A relação conjugal e familiar, antes mesmo da morte da mãe, era permeada por uso abusivo de álcool e drogas e por violência doméstica, e a relação mais fortemente conflituosa se dava entre o genitor, Carminda e Alice.

Após a morte da genitora, o genitor compôs novo núcleo familiar. Este núcleo estava assim composto: Dos oito filhos da sua primeira união, cinco estavam sob os cuidados de familiares; dois, entre eles Carminda, vivem em união estável, e Alice, que se encontra acolhida institucionalmente.

A institucionalização de Alice deu-se após a morte de sua mãe. Em discussão com o pai, Alice foi residir com Carminda e seu esposo. A situação financeira de Carminda não era favorável e, por isso, procurou o Conselho Tutelar informando que não poderia continuar cuidando da irmã. Desse modo, Alice foi encaminhada para o “Lar das Crianças”.

5.3.3 Caso 3 – Família Moraes Gusmão

A terceira entrevista foi realizada com Josefa, irmã mais velha de Henrique. A entrevista ocorreu na residência de Josefa e teve duração de, aproximadamente, 1h30. No momento da entrevista, Josefa estava acompanhada por sua prima Sheila, que ajudou a entrevistada a contar a história de sua família. Josefa denominou a sua família como “família Moraes Gusmão”.

Conforme Josefa, seus pais se conheceram na rua, haja vista que a família extensa de ambos vivia em situação de rua. Da união da genitora com o genitor de Josefa, nasceram quatro filhos, sendo que dois deles, Josefa e outro, moram com familiares maternos, uma está detida por envolvimento com furto e tráfico de drogas e Henrique, que está acolhido institucionalmente.

A relação entre a genitora e o genitor da família “Moraes Gusmão” sempre foi distante, em virtude, principalmente, da condição a que estavam submetidos: uso abusivo de álcool, drogas e situação de rua.

Henrique, na ocasião da entrevista, ainda se encontrava acolhido institucionalmente, e teve como principal motivo para o seu acolhimento o fato de, ainda nasciturno, estar perambulando com a genitora pelas ruas do Distrito Federal. O acolhimento foi efetuado pelo Conselho Tutelar do DF.

Atualmente a genitora de Henrique e Josefa encontra-se desaparecida e o genitor permanece em situação de rua.

5.3.4 Caso 4

A quarta entrevistada foi a senhora Catarina, avó paterna de André. A entrevista transcorreu na residência da senhora Catarina, que estava acompanhada por André. Durante a entrevista da avó, André manteve-se distante e não participou. A entrevistada não atribuiu nenhuma denominação à família.

André era fruto da relação de Marcos, filho da senhora Catarina, com Cleusa, jovem residente na mesma Região Administrativa em que a senhora Catarina residia. Após o nascimento de André, sua mãe, Cleusa, o entregou para a senhora Catarina, para que esta dispusesse de todo o cuidado que a criança requeria, alegando que não poderia cuidar dele, por falta de condições materiais e emocionais.

A criança foi então criada pela senhora Catarina e por ela desenvolveu um amor maternal. Frequentemente, André pedia para visitar sua mãe biológica; entretanto, sempre que a visitava, era vítima de violência física e psicológica.

A Sr.^a Cleusa faz uso constante de álcool e drogas e, segundo informações de André, estaria envolvida com o tráfico de entorpecentes.

Marcos constituiu novo núcleo familiar e, nesse novo relacionamento, teve mais dois filhos. Ainda com a nova perspectiva familiar desenvolvida pelo pai, André permaneceu residindo com a senhora Catarina, com contatos esporádicos com o genitor.

Quando André já possuía 10 anos, Cleusa revelou que ele não era filho de Marcos, que havia enganado a todos por não saber de fato quem era o pai biológico do adolescente. Foi realizado o exame de DNA e comprovado que, de fato, André não era neto da senhora Catarina.

André, após esse período, começou a apresentar comportamento diferenciado na escola e a envolver-se com o uso de drogas. A senhora Catarina continuou sendo responsável pelos cuidados do adolescente por causa do sentimento construído por ambos nesse longo período de convivência.

O motivo que ensejou o acolhimento institucional de André nas duas oportunidades foi o uso de drogas e a frequente situação de rua. Desse modo, a senhora Catarina buscou o Conselho Tutelar e solicitou o seu acolhimento, pois não estaria “dando conta” de dispensar mais cuidados ao neto.

Discussão

No decorrer das entrevistas realizadas com as famílias dos adolescentes acolhidos institucionalmente pode-se observar pela história de vida narrada pelas mulheres entrevistadas⁴, que o cuidado aos adolescentes se deu dentro de um contexto de falta de suporte necessário para exercerem integralmente as funções de provedoras e mantenedoras dos filhos, devido, entre outras tantas questões, à escassez de programas e/ou políticas públicas voltadas para o atendimento de seus direitos sociais, conforme observa-se na fala das entrevistadas, quando questionadas se conheciam programas socioassistenciais, como o CRAS:

“...veio aqui, encheu o saco e foi embora” (Josefa)

“...eu não tive esse tipo de ajuda a respeito assim que eu passava né.”
(Catarina).

A fala das entrevistadas aponta para a fragilidade e falta de alcance desses serviços, localizados territorialmente em regiões com índices de vulnerabilidade social e que devem atender as famílias que delas necessitam. Esses serviços devem ainda contar com ampla divulgação do trabalho realizado, bem como, com aproximação das famílias da localidade onde referenciam, a fim de atuar, com um trabalho preventivo, de modo a conhecer as demandas de vulnerabilidades econômicas e de fragilidade de vínculos sociais e familiares.

As entrevistadas apontam para o desconhecimento do serviço que poderia acionar e de modo preocupante, para a intervenção realizada com a família, quando se refere a “encher o saco e ir embora”, podem denotar uma interferência

⁴ As mulheres entrevistadas não eram necessariamente a genitora dos adolescentes. Tratava-se de irmãs, tias e avó que assumiram a responsabilidade pelo cuidado destes ainda que estivessem vivenciando um contexto social de privações. Ressalta-se ainda que o cuidado dispensado a esses adolescentes não necessariamente foi uma escolha dessas mulheres.

controladora, coercitiva e policialesca de profissionais que buscam através de suas práticas moldarem a organização da família.

Tal intervenção remonta a intervenção do Estado no Brasil colônia, período em que os médicos, entre outros atores escolhidos, sob a orientação do estatal visitavam as casas das famílias e orientava sobre comportamento, higiene, com o intuito de moralizar as famílias para garantir o progresso do país.

De algum modo, o sentido da intervenção permanece o mesmo: O Estado chega, define a família padrões de organização, oferta-lhes o mínimo em suporte enquanto políticas públicas garantidora de serviços atribui-lhes responsabilidades e vai embora. Talvez o que diferencie a atuação da política pública com o tempo é que a presença mínima do Estado se justifique pela necessidade de transformação da política social pelo capitalismo.

Para Miotto (2009), a garantia da proteção social pela política social tem base na concepção neoliberal, pois a partir de tal concepção, surge a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, das famílias na provisão do bem-estar, denominado também de neoliberalismo familiarista.

Assim, a organização, conceitualmente definida por Esping-Andersen (1993) de base para compreensão da Seguridade Social, qual seja: mercado, família e Estado, passa por mudanças no padrão da proteção social e no formato das políticas públicas, em que há o deslocamento das responsabilidades antes assumidas pelo Estado para a família.

Nesse contexto, tornou-se imprescindível considerar a família como capital social, pois em contextos onde a cobertura das políticas sociais universais é deficiente, as famílias, representadas em muitos casos pela mulher enquanto responsável e cuidadora é única forma de proteção frente as circunstâncias difíceis.

De modo complementar, Miotto (2009), arrazoa que a redefinição das responsabilidades familiares é mais difícil para os pobres, pois negociar padrões de distribuição é mais difícil nas famílias onde os recursos são mais escassos.

Ao mesmo tempo, têm-se os impactos da manutenção da divisão social do trabalho doméstico, que atribui à mulher o modelo de reprodutora, cuidadora, a quem é atribuída a tarefa de administração familiar, seja pelas separações, abandonos, redução do apoio masculino, o que as coloca na busca pela sua escassa rede de sociabilidade para lidar com todos esses desafios.

Assim, no contexto das mulheres que se percebem sem o apoio e proteção de equipamentos necessários para exercerem o cuidado dos seus membros, a percepção de que a aplicação da medida protetiva acolhimento institucional pode significar a garantia da proteção e acesso aos direitos básicos essenciais para o desenvolvimento dos seus membros:

(...) Nesse exato momento, o abrigo é a melhor solução pra ele... (Josefa)

(...) pra mim o abrigo era assim dava comida pra eles. (...) é que eles não iam passar frio, num ia dormir na rua, que eles iam está protegido lá. (Lucrecia)

Pode-se considerar nas falas a percepção da incompetência familiar, mas analiticamente trata-se de um abandono familiar, que culmina no entendimento das entrevistadas de que o mesmo Estado que falta nas situações difíceis é o mesmo que será acionado no acolhimento de seus membros, para garantir-lhes direitos básicos, como alimentação e moradia e de maneira cruel instituir a essas mulheres o título de incompetentes, reforçadas por elas quando expõem “*num ia dormir na rua*”, “*dava comida pra eles*”.

Os relatos dessas mulheres traduzem as expressões da questão social, relativas à miséria, à pobreza e à exclusão social vivida por essas. Para Castel (2009), a desfiliação/exclusão acontece quando um conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e a para assegurar sua proteção.

Nesse ínterim, há ainda que se considerar que a rede social dessas mulheres, é fragilizada, dado que a manutenção de vínculos na rede depende da relação rendimentos dos indivíduos e redes. Assim, no contexto de fragilidade dos laços familiares como consequência da precariedade social e econômica familiar,

apontada principalmente em casos de núcleos familiares chefiados por um único adulto, a possibilidade de construir e manter vínculos na rede é menor, pois, é comum que esses indivíduos abandonem inteiramente suas redes ao longo do tempo (MARQUES, 2007).

As fortes evidências que apontam para uma maior dificuldade dos indivíduos pobres na criação e manutenção de suas redes, poderia estar relacionado a sua trajetória de vida, em que o problema da manutenção das relações pode ser associado ao processo de migração, ao tipo de sociabilidade e recursos que esses indivíduos dispõem em diferentes grupos sociais (MARQUES, 2007).

Marques (2007) assinala ainda que a rede dos mais pobres seja menos diversificada e com sociabilidade mais localizada e mais associada à vizinhança, que por muitas vezes é encarada com desconfiança. Assim, embora a vizinhança represente uma esfera importante de sociabilidade, para esse grupo populacional, onde os laços familiares são menos presentes, ela pode representar uma situação de sociabilidade dramática.

Por outro lado, o contexto social marcado pela pobreza, abandono familiar, situação de rua e muitos casos criminalidade, imputaram a mulheres, que não necessariamente, as mães dos adolescentes, mas tias, avós, irmãs, assumissem a responsabilidade pelos cuidados desses jovens, e de maneira conjunta, eram também responsáveis por outras situações, como a manutenção econômica do lar e por outros conflitos que emergiam no seu núcleo familiar.

“(...) Porque ele tava morando com a minha tia lá na Samambaia, só que ele tava fazendo muita coisa errada. (...) É. Aí ele veio morar aqui com a gente e depois eu levei ele pro abrigo. (...) Falei que eu não tinha condição na época, que não tava dando certo. Por que eu sozinha era mais fácil. Aí ele ia pra rua, e aí eu pensei que eu preferia ele no abrigo do que na rua. Aí por isso que eu levei” (Josefa).

A fala de Josefa, “*eu sozinha era mais fácil*”, remete aos desafios de cuidar do irmão, uma vez que, para a entrevistada “*eu sozinha era mais fácil*” trabalhar e “*eu sozinha era mais fácil*” alimentar, além do que, não teria de se preocupar, enquanto trabalhava, com os conflitos envolvendo o irmão, como por exemplo, o

uso de drogas. Ademais, é importante frisar que, pelo fato de não possuir referências maternas e paternas e ter vivido sob os cuidados de um parente e outro, Josefa, viu-se obrigada, desde muito nova, a trabalhar durante o dia todo e à noite para garantir a sua sobrevivência. A pouca renda de Josefa é utilizada ainda para ajudar outras duas irmãs, sendo que uma possui um filho e a outra se encontra em cumprimento de pena privativa de liberdade pelo crime de tráfico de drogas.

Portanto, cuidar de Henrique, incentivá-lo a ir para a escola, garantir o seu sustento, impedir que ele se envolvesse com o uso de drogas, entre outros, poderia impedi-la de continuar suas atividades laborais e garantir o seu próprio sustento e o dos demais que dependiam da renda de Josefa. Assim, o acolhimento institucional de Henrique aparecia como única alternativa, remetendo ao Estado a tarefa de oferecer cuidados a ele, e os cuidados com as demais irmãs permaneceriam por conta de Josefa.

“(...) O segundo motivo do abrigo foi agora, quando eu já tava morando nessa casa aqui. Ele é tinha ido lá pra casa da mãe dele né, aí ele não ficava nem lá nem aqui. Depois ele veio embora de novo pra cá, mais aquele caso não me obedecia, não me respeitava, só na rua, me agredindo dentro de casa, e eu como sempre vivo com problemas de saúde e muita nervosa, muita sem paciência, aí ele envolveu com um traficante ali né. (...) Tava muito chateada, muita revoltada, aí ela (Maria Claudia) mandou, chamar a mãe dele, aí a mãe dele disse na cara dele, que não queria ele, que não quer ele. Entendeu, ela abandonou a primeira vez e continua abandonando. Por mais que ele insista em procurar ela, si aproximar dela, ela não quer. Aí a Maria Claudia foi, a gente foi junto, aí foi muito difícil pra mim, muito triste, mais...” (Catarina).

Esses depoimentos ascendem à discussão sobre todas essas crises familiares e sociais descritas, aparecem vinculadas de forma negativa ao crescimento da criminalidade violenta. Além disso, essas crises aproximam a fronteira do mundo do crime à convivência familiar. É como se as trajetórias aliadas ao “mundo do crime” aparecessem como “opção” as privações próprias do tecido social. Em suma, “quando a família desagrega o crime abraça”, (FELTRAN, 2008) jargão utilizado por profissionais em programas socioassistenciais.

Assim, os jovens conhecidos pelo seu envolvimento na comunidade onde vivem ou mesmo por carregar o rótulo de menino entregue pela mãe, tia, avó, irmã, para abrigo, são conhecidos também como “o neto de dona Catarina”, “o irmão de Josefa”, que caminham pela linha tênue entre a necessidade da proteção e do cuidado e o “mundo do crime” e tem suas vidas constituídas no centro do problema social contemporâneo que em muitos casos estão vinculadas estritamente por ações assistenciais, cujo a presença estatal nem sempre é garantidora de direito (FELTRAN, 2011).

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**:LTC, Rio de Janeiro, 2006;
- BEAUVOIR,S. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Millet, 2ª Ed.:Nova Fronteira, Rio de Janeiro,2009;
- BRUSCHINI, C. **Uma abordagem sociológica da família**. Revista Brasileira de Estudos da População.V.06, N.01, São Paulo, 1989;
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 5. ed. Petropólis: Vozes, 2009.
- DEL PRIORE, M. **Ao Sul do Corpo: Condições femininas, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ESPING – ANDERSEN, G. **Los três mundos del estado de bienestar**. Valencia. Alfons El Magnárim,1993.
- FELTRAN, G.S. **Jovens em conflito com a lei**. Dossiê. São Carlos, 2011. Disponível em <http://www.namargem.ufscar.br/wpcontent/uploads/2014/02/feltran-03.pdf>. Acessado em 19 de junho de 2017.
- _____. **O legítimo em disputa: As fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo**: Dilemas, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7136/5717>. Acessado em 19 de junho de 2017.

GONZÁLEZ-REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARQUES, E.C.L. **Redes sociais , segregação e pobreza em São Paulo.** Tese de livre docência. São Paulo, 2007;

MIOTO, R.C.T.**Família e políticas sociais.** In.: BOSCHETTI,I; BEHRING,E.R.; SANTOS,S.M.M.; MIOTO,R.C.T. **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2º Ed. São Paulo, 2009, p.130-148.

MIOTO, R.C.T; CAMPOS, M.S; CARLOTO,C.M.(orgs.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social:** Cortez, São Paulo, 2015, p.147 a 178;

PEREIRA, P.A.P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In.: SALLES, M.A; MATOS, M.C; LEAL, M.C. (Orgs.). Política social, família e juventude. São Paulo: Cortez, 2004;

SARTI, C. **Famílias enredadas.** In.: ACOSTA, A.R;VITALLE,M.A.F; FAMÍLIA, REDES, LAÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2ª Ed:Cortez, São Paulo,2005;

SINGLY, FRANÇOIS DE. **Sociologia da familia contemporanea.** Trad. Clarice Ehlers Peixoto: FGV, Rio de Janeiro, 2007.